



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34
AV. FRANCISCO WENCESLAU DOS ANJOS, 453 –
CENTRO. FONE: (35) 3573-1155

CONTRATO Nº 005/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW ARTÍSTICO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MONTE BELO – MG E A EMPRESA PAULA LUIZA DA COSTA JUNQUEIRA 40531454819 ME, DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS ESTABELECIDAS ABAIXO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2023
INEXIGIBILIDADE Nº 006/2023
ÓRGÃO: Prefeitura do Município de Monte Belo

O MUNICÍPIO DE MONTE BELO, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o N.º 18.668.376/0001-34, com sede na Av. Francisco Wenceslau do Anjos, n.º 453, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Kleber Antônio Ferreira Boneli, brasileiro, casado, portador do CPF/MF n.º 505.712.816-72 e do RG: M-3.122.714 SSP/MG, residente e domiciliado nesta cidade de Monte Belo – MG, na Rua João Rafael n.º 41 – Centro, denominada **CONTRATANTE** e **PAULA LUIZA DA COSTA JUNQUEIRA 40531454819 ME**, empresa estabelecida na cidade de Taquaritinga - SP, à Rua Barão do Triunfo, nº 1.239, Centro, CEP 15.900-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.124.827/0001-72, através de seu representante legal Sra. Paula Luiza da Costa Junqueira, brasileira, portadora do RG n.º 471681040 SSP-SP, CPF n.º 405.314.548-19, residente e domiciliada na cidade de Taquaritinga – SP, à Rua Treze de Maio, n.º 1.315, Centro, CEP: 15.900-000, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa para apresentação de show artístico da cantora Paula Luiza, o qual ocorrerá na Praça Dr. Zacarias Bueno, nos dias 20 e 21 de fevereiro de 2023, nas festividades do Carnaval 2023 no município de Monte Belo – MG, em atendimento a Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

2.1. A realização do serviço, conforme definido neste contrato, se dará pela apresentação artística do tipo "SHOW", em praça pública, composta por apresentação musical, banda completa, repertório composto

KLEBER Assinado de forma
ANTONIO digital por KLEBER
FERREIRA ANTONIO
BONELI50571281
BONELI505 072
71281672 18/02/2023 02:06
16:41:03 -0300'



pelos maiores sucessos atuais e de própria autoria. A apresentação será nos dias 20 e 21 de fevereiro, com duração mínima de 02h30min (duas horas e trinta minutos), conforme seguinte programação:

DATA	HORÁRIO	ESPECIFICAÇÃO
20/02/2023	00h00 – 02h30	Show Paula Luiza
21/02/2023	15h00 – 17h30	Show Paula Luiza
21/02/2023	22h00 – 00h30	Show Paula Luiza

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá a conta da seguinte dotação orçamentária:

FICHA 3961 - 02 02 11 02 11 01 133920025 2036000 3 3 90 39 99 00 00

CLÁUSULA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. A contratação de serviços, consubstanciada no presente instrumento, foi objeto de Inexigibilidade de Licitação, de acordo com o disposto no artigo 25, Inciso III, § 1º e 62 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como nos documentos constantes no Processo Licitatório nº 016/2023, Inexigibilidade n.º 006/2023, além de submeter-se aos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO

5.1. O valor total do presente contrato é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em conformidade com a proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado em 01 (uma) parcela, em até 20 (vinte) dias após a realização do evento, através de Transferência Bancária, mediante a apresentação da competente nota fiscal e cumpridas todas as formalidades legais devidas, com vista de aceite pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, para que possa ser emitida a Ordem Bancária de Pagamento.

6.2. A ordem de serviço será emitida após a assinatura do contrato, sendo o serviço realizado conforme previsto na **cláusula segunda** deste instrumento.

6.3. A nota fiscal deverá constar a discriminação, data de realização e valor integral do serviço prestado, indicando-se o número da ordem de serviço e número do empenho, conta corrente, agência bancária e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas.

6.4. A nota fiscal deverá ser emitida em nome de Prefeitura Municipal de Monte Belo, CNPJ n.º 18.668.376/0001-34, com endereço a Avenida Francisco Wenceslau dos Anjos, nº 453, Centro – Monte Belo/MG.

6.5. A nota fiscal deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preços, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz.



6.6. Fica condicionado que o pagamento apenas será efetuado pela Prefeitura Municipal de Monte Belo – MG após a realização do serviço objeto do contrato.

6.7. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento passará a contar da entrega das notas fiscais/faturas válidas.

6.8. As notas fiscais deverão ser emitidas obrigatoriamente dentro do prazo de validade do contrato, sobre risco de não pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O presente contrato vigorará até 30/04/2023.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. Fica indicado para fiscalizar a execução do objeto contratual para recebimento dos serviços, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual, o responsável abaixo:

Fiscal do Contrato: Marcileia Aparecida Batista Martins
Cargo: Secretária Municipal de Esporte, Cultura e Lazer
E-mail: cultura@montebelo.mg.gov.br
Tel.: (35) 3573-1889

8.2. O Fiscal Do Contrato anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.3. A fiscalização da execução do presente contrato efetuada pela CONTRATANTE não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade de seus agentes e prepostos (artigo 70, da Lei n.º 8.666/93), ou aqueles provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil, ressaltando-se, ainda, que mesmo atestado o fornecimento do objeto, subsistirá a responsabilidade da CONTRATADA pela solidez, qualidade e segurança do serviço fornecido.

8.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades e obrigações previstas neste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

9.1. A CONTRATADA responderá por todo e qualquer dano provocado a Prefeitura, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela Prefeitura, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.



9.2. Para os efeitos desta cláusula, dano significa todos e quaisquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportados pela Prefeitura, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela CONTRATADA, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela Prefeitura a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

9.3. Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade da CONTRATADA for apresentada ou chegar ao conhecimento da Prefeitura, esta comunicará a CONTRATADA por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar a Prefeitura a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela CONTRATADA não a eximem das responsabilidades assumidas perante a Prefeitura, nos termos desta cláusula.

9.4. Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da Prefeitura, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pela CONTRATADA, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento a Prefeitura, mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos da CONTRATADA;
- b) medida judicial apropriada, a critério da Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES

10.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar o serviço, objeto deste contrato, com os deveres e garantias constantes no Processo Licitatório nº 016/2023, Inexigibilidade n.º 006/2023 da Prefeitura Municipal de Monte Belo – MG e seus respectivos anexos;
- b) Observar para a execução do objeto, seja ele de que tipo for, as normas técnicas adequadas;
- c) Responsabilizar-se pela execução do objeto do presente contrato, obedecidos os prazos e condições fixados no Processo Licitatório nº 016/2023, Inexigibilidade n.º 006/2023 e anexos;
- d) Cumprir fielmente o objeto licitado, de forma que o objeto seja entregue com esmero e perfeição executando-o sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;
- e) Cumprir rigorosamente todas as especificações contidas neste instrumento, respondendo diretamente pelos danos que por si, seus prepostos ou empregados causarem, por dolo ou culpa, a CONTRATANTE, ou terceiros, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE;
- f) Comunicar ao Fiscal do Contrato, por escrito, qualquer anormalidade na execução do presente instrumento e prestar os esclarecimentos julgados necessários;



- g)** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação que lhes foram exigidas, de acordo com o inciso XIII, do artigo 55, da Lei n.º 8.666/93;
- h)** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato;
- i)** Responsabiliza-se por todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir direta e indiretamente, sobre o objeto licitado;
- j)** Correrão por conta da CONTRATADA todas as diárias, deslocamento, alimentação e hospedagem da equipe;
- k)** Responsabiliza-se pelo fornecimento de banda, camarim, figurinos e instrumentos musicais necessários;
- l)** Assumir todas as despesas relativas à pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o Contrato, tais como: salários, encargos sociais e trabalhistas e eventuais passivos, impostos, alimentação e hospedagem do seu pessoal, deslocamentos de funcionários, equipamentos de proteção individual e coletiva, tributos, seguros, taxas e serviços, licenças em repartições públicas, registros, autenticações do Contrato, etc., e ficando, ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela CONTRATADA à inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a CONTRATANTE;
- m)** Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à CONTRATANTE ou a terceiros;
- n)** Correrão por conta da CONTRATADA as despesas não previstas inicialmente no contrato referente a execução de seu objeto, assim exigidas pelo Órgão Concedente ou mandatária;
- o)** Poderá o Município exigir, em qualquer época, a apresentação de documentos e informações complementares, atinentes à licitação, incluídos os que referirem à regularidade da empresa com as suas obrigações.

10.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a)** Oferecer as condições necessárias para que a CONTRATADA possa desempenhar os compromissos assumidos neste contrato;
- b)** Acompanhar e fiscalizar, por meio da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, a execução dos serviços do objeto deste contrato;
- c)** Repassar as informações necessárias a CONTRATADA para a correta execução dos serviços;
- d)** Efetuar o pagamento na forma e prazo previstos no contrato;
- e)** Conferência da documentação para o desenvolvimento e finalização do trabalho;



- f) Responsabiliza-se pela produção local do evento, inclusos palco, som e iluminação;
- g) Fornecer seguranças para o público do evento;
- h) Repassar as informações sobre o ríder técnico da produção;
- i) Responsabilizar-se pelo recolhimento das taxas provenientes do ECAD, referente aos direitos autorais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65, da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da **CONTRATANTE**, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS MULTAS E PENALIDADES

12.1. A CONTRATADA incorre nas seguintes sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02 e de acordo com o disposto na Instrução Normativa da Presidência da República nº 01/2017, sendo:

I. Falhar na execução do contrato:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

II. Fraudar na execução do contrato:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município e descredenciamento do SICAF pelo período de 30 (trinta) meses;

III. Comportar-se de modo inidôneo:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses; e

IV. Cometer fraude fiscal:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município e descredenciamento do SICAF pelo período de 40 (quarenta) meses;

12.2. O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora no aporte de 30% (trinta por cento) do valor total correspondente a CONTRATADA e será aplicada após assegurado o direito do penalizado ao contraditório e ampla defesa.

12.3. A multa será descontada da garantia da respectiva CONTRATADA, se for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

12.4. Podem ser aplicadas ainda, isolada ou cumulativamente, pela inexecução total ou parcial do Contrato, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:



- I. Advertência;
- II. Multa no valor de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.4.1. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

12.4.2. As sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

12.4.3. A sanção estabelecida é de competência exclusiva do Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação. (Vide art. 109 inciso III da Lei Fed. nº 8.666/93).

12.5. O valor máximo das multas poderá exceder, cumulativamente, a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

12.6. A aplicação da pena de advertência caberá ao Gestor do Contrato e quanto às demais penalidades serão de competência da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer e Procuradoria-Geral do Município.

12.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia quanto às penalidades de advertência, multa e suspensão temporária do direito de licitar será de 5 (cinco) dias úteis e para a declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Municipal será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo, de acordo com o que preconiza os parágrafos 2º e 3º, ambos do art. 87 da Lei 8.666/93.

12.8. As ocorrências relacionadas às contratações serão anotadas pelo representante da Administração, nos moldes do art. 67, § 1º da Lei 8.666/93.

12.9. Pelo atraso injustificado e não aceito pela CONTRATADA para a entrega do objeto será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do Contrato, bem como a multa prevista no item acima.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - MULTA DE MORATÓRIA

13.1. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor deste contrato, no caso de a **CONTRATADA**, injustificadamente, desistir do mesmo ou causar a sua rescisão.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1. A inexecução total ou parcial deste contrato por parte da CONTRATADA assegurará a CONTRATANTE o direito de rescisão nos termos do artigo 77 da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como nos casos citados no artigo 78 da mesma lei, garantida a prévia defesa sempre mediante notificação por escrito.

14.2. Na hipótese de a rescisão ser precedida por culpa da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a reter os créditos a que tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - A rescisão também se submeterá ao regime previsto no artigo 79, seus incisos e parágrafos, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação do presente contrato, em extrato, na Folha Regional, conforme determina o Parágrafo Único, do artigo 61, da Lei n.º 8.666/93 e Diário Oficial Eletrônico do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Eleggem as partes contratantes o Foro da cidade de Monte Belo/MG, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste instrumento, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Monte Belo, 06 de fevereiro de 2023

KLEBER ANTONIO FERREIRA
BONELI:50571281672

Assinado de forma digital por KLEBER
ANTONIO FERREIRA
BONELI:50571281672
Dados: 2023.02.06 16:42:46 -03'00'

MUNICÍPIO DE MONTE BELO
KLEBER ANTÔNIO FERREIRA BONELI
Prefeito Municipal

gov.br

Documento assinado digitalmente
PAULA LUIZA DA COSTA JUNQUEIRA
Data: 10/02/2023 11:12:07-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

PAULA LUIZA DA COSTA JUNQUEIRA
40531454819 ME
PAULA LUIZA DA COSTA JUNQUEIRA
Representante legal



Testemunha 1

Nome: *Marcilcia A. BATISTA*
CPF: *036.981.426-60*



Testemunha 2

Nome: *Januária de Sousa Costa Rodrigues*
CPF: *137.649.396-99*